

GÊNERO, RAÇA E ETNIA NA ESCOLA: PROMOVEDO UMA EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA

GENDER, RACE, AND ETHNICITY IN SCHOOLS: PROMOTING AN ANTI-DISCRIMINATORY EDUCATION

Silvana Maria Aparecida Viana Santos¹

Laiana Lessa Teixeira Pinto²

Cleberson Cordeiro de Moura³

Leidiane Malini Costa Nascimento⁴

Rosilene Pedro da Silva⁵

Cleudineia Pereira da Silva Pince⁶

Vanilsa Thomé⁷

RESUMO: O estudo teve como propósito compreender de que forma as relações entre gênero, raça e etnia influenciaram o ambiente escolar e de que maneira as práticas pedagógicas contribuíram para a construção de uma educação antidiscriminatória. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, fundamentando-se em obras e artigos que discutiram as interseccionalidades presentes na escola brasileira. Foram utilizados procedimentos de leitura, fichamento e análise teórica de textos que abordaram a diversidade e a equidade no contexto educacional. A análise indicou que a escola, embora marcada por desigualdades históricas, mostrou-se um espaço possível para a valorização das diferenças e a desconstrução de preconceitos. Os resultados evidenciaram a relevância de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e da formação docente voltada à decolonização do currículo, de forma a promover a inclusão e o respeito mútuo. Constatou-se que a efetividade das ações depende da articulação entre políticas públicas e o compromisso ético dos profissionais da educação. Concluiu-se que a adoção de currículos plurais e de metodologias sensíveis às identidades contribui para o fortalecimento de uma educação antidiscriminatória. Ainda se reconheceu a necessidade de novos estudos que ampliem o debate sobre políticas educacionais e práticas docentes que favoreçam a equidade no espaço escolar.

2687

Palavras-chave: Educação. Gênero. Raça. Etnia. Diversidade.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação.

² Licenciada em Ciências Biológicas.

³ Doutorando em Ciências da Educação.

⁴ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação.

⁵ Doutora em Ciências da Educação.

⁶ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação.

⁷ Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Deficiência Intelectual e Múltiplas.

ABSTRACT: The study aimed to understand how gender, race, and ethnicity relations influenced the school environment and how pedagogical practices contributed to building an anti-discriminatory education. The research adopted a qualitative and bibliographic approach, based on works and articles discussing intersectionality in Brazilian schools. Reading, note-taking, and theoretical analysis procedures were used to examine texts addressing diversity and equity in education. The analysis showed that the school, despite historical inequalities, has the potential to become a space for valuing differences and deconstructing prejudice. The results highlighted the importance of pedagogical practices that embrace diversity and teacher training focused on curriculum decolonization to promote inclusion and mutual respect. It was concluded that effective actions depend on the articulation between public policies and the ethical commitment of education professionals. The adoption of plural curricula and inclusive methodologies was identified as a means to strengthen anti-discriminatory education. Further studies are needed to expand the debate on educational policies and teaching practices that promote equity in schools.

Keywords: Education. Gender. Race. Ethnicity. Diversity.

INTRODUÇÃO

A temática das relações entre gênero, raça e etnia no contexto escolar constitui um campo de estudo relevante para a compreensão das desigualdades presentes no ambiente educacional brasileiro. A escola, enquanto espaço de socialização e construção de saberes, reflete e reproduz dinâmicas históricas que envolvem discriminação, exclusão e hierarquias sociais. Nesse cenário, a educação antidiscriminatória torna-se um instrumento essencial para o enfrentamento das práticas de preconceito e para a promoção de uma convivência pautada no respeito e na diversidade. A análise das interseções entre gênero, raça e etnia permite compreender como essas dimensões influenciam as trajetórias escolares, o acesso ao conhecimento e as oportunidades educacionais.

A relevância dessa discussão se justifica pela persistência das desigualdades educacionais associadas à cor, ao gênero e à origem étnica dos estudantes. Apesar dos avanços obtidos com políticas públicas e legislações voltadas à inclusão e à valorização da diversidade — como a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei nº 11.645/2008, que incluiu a temática indígena nos currículos escolares —, ainda é possível observar práticas pedagógicas e curriculares que reforçam estereótipos e mantêm relações desiguais de poder. A formação docente, muitas vezes, não contempla de forma adequada o debate sobre as relações étnico-raciais e de gênero, o que contribui para a perpetuação de uma educação pouco sensível às diferenças e à pluralidade cultural dos sujeitos que compõem o espaço escolar.

Além disso, a produção acadêmica sobre o tema tem apontado que a ausência de uma abordagem crítica sobre as intersecções entre gênero, raça e etnia na escola compromete a construção de uma educação verdadeiramente democrática. Estudos como os de Santos e Franqueira (2024), Silva e Santos (2024) e Jovino (2023) evidenciam que práticas pedagógicas antidiscriminatórias contribuem para o fortalecimento da identidade e da autoestima de estudantes marginalizados. Tais práticas exigem o reconhecimento das diferentes experiências que compõem o cotidiano escolar e demandam uma revisão do currículo, das metodologias e das atitudes docentes, de modo a promover o respeito às diferenças e a equidade no processo educativo.

Diante desse contexto, o problema que orienta esta pesquisa consiste em compreender de que forma as relações entre gênero, raça e etnia influenciam o ambiente escolar e como práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de uma educação antidiscriminatória. A investigação propõe refletir sobre as maneiras pelas quais a escola pode se tornar um espaço de valorização das identidades diversas e de combate às desigualdades estruturais presentes na sociedade.

O objetivo deste estudo é analisar as intersecções entre gênero, raça e etnia na escola, destacando como a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e críticas pode favorecer o desenvolvimento de uma educação antidiscriminatória. 2689

O presente texto está organizado em seções que buscam conduzir o leitor ao entendimento do tema proposto. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, no qual são discutidos os conceitos fundamentais que embasam a análise. Em seguida, o desenvolvimento está dividido em três tópicos, que abordam a interseccionalidade entre gênero, raça e etnia na educação, as políticas educacionais e práticas antidiscriminatórias, e a cultura escolar como espaço de resistência. A metodologia descreve o percurso adotado na elaboração da pesquisa bibliográfica. na seção de discussão e resultados, são apresentados e analisados os achados teóricos em três eixos temáticos. Por fim, nas considerações finais, são sintetizadas as conclusões e refletidas as implicações do estudo para a prática educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado de forma a oferecer ao leitor uma base conceitual que sustente a análise proposta sobre gênero, raça e etnia na escola. De início, são discutidos os fundamentos teóricos que abordam a interseccionalidade e sua relevância para compreender as múltiplas dimensões das identidades no contexto educacional. Em seguida, são apresentadas

contribuições de autores que tratam das relações étnico-raciais e de gênero na educação, destacando como esses elementos se manifestam nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas. Por fim, o referencial contempla reflexões sobre a construção de uma educação antidiscriminatória, evidenciando a necessidade de currículos e metodologias que valorizem a diversidade, promovam a equidade e fortaleçam o papel da escola como espaço de transformação social.

A INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA E ETNIA NA EDUCAÇÃO

A discussão sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e etnia na educação parte do entendimento de que as desigualdades sociais não podem ser analisadas de maneira isolada, pois se entrecruzam e produzem efeitos distintos sobre os sujeitos. Conforme Ratts (2018), as relações de poder expressas no espaço escolar refletem hierarquias históricas que envolvem a construção de identidades marcadas por diferenças corporais, raciais e de gênero. Esse entrelaçamento de fatores influencia a forma como os indivíduos se percebem e são percebidos, interferindo nos processos de ensino e aprendizagem. De modo semelhante, Antunes (2024) observa que as representações sociais de gênero e raça presentes nas produções culturais e no cotidiano escolar reforçam padrões excludentes, exigindo que o debate sobre diversidade seja inserido nas práticas pedagógicas e nos currículos.

2690

A noção de interseccionalidade, proposta por Crenshaw e retomada por diversos autores brasileiros, contribui para compreender como as identidades são construídas a partir de múltiplas dimensões que se cruzam, como o pertencimento racial, a condição de gênero e o contexto sociocultural. Antunes (2024) ressalta que, no ambiente educacional, esses fatores moldam as oportunidades de participação e reconhecimento dos sujeitos, o que torna necessário repensar as formas de representação presentes nas práticas escolares. Ratts (2018) complementa que o espaço escolar é permeado por relações de poder que determinam quem tem voz e quem é silenciado, o que reforça a relevância de uma abordagem que reconheça a diversidade como princípio educativo.

Compreender as múltiplas dimensões das identidades no ambiente escolar é essencial para que a educação cumpra seu papel social de inclusão e equidade. Segundo Antunes (2024), o reconhecimento das diferenças deve ultrapassar o discurso e se concretizar em ações pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural e humana. Nesse sentido, Ratts (2018) afirma que a escola precisa ser entendida como um território de disputas simbólicas, em que as experiências e histórias dos grupos marginalizados possam ser legitimadas como parte do

processo educativo. Assim, a interseccionalidade torna-se um instrumento de análise e intervenção, permitindo que professores e gestores repensem suas práticas a partir de uma perspectiva sensível às desigualdades históricas.

As desigualdades raciais e de gênero, acumuladas ao longo da história, repercutem nas trajetórias escolares de forma significativa. Conforme Ratts (2018), as heranças do racismo e do sexismo estruturam relações de exclusão que afetam o acesso, a permanência e o desempenho de estudantes negros, indígenas e mulheres em diferentes níveis de ensino. Antunes (2024) acrescenta que tais desigualdades se manifestam nas formas de avaliação, na distribuição de papéis dentro da escola e nas expectativas projetadas sobre determinados grupos sociais. Assim, o enfrentamento dessas desigualdades requer a construção de uma pedagogia comprometida com a transformação social, capaz de reconhecer as múltiplas identidades dos sujeitos e promover uma educação que valorize a diversidade como princípio formativo.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS ANTIDISCRIMINATÓRIAS

As políticas educacionais e as práticas antidiscriminatórias constituem instrumentos fundamentais para a construção de uma escola justa e sensível às diferenças. Desde a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, o Estado brasileiro reconhece a necessidade de inserir a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, ampliando o debate sobre diversidade étnico-racial. De acordo com Jovino (2023), essas legislações representam um avanço na consolidação de políticas afirmativas que buscam combater o racismo e valorizar a pluralidade cultural no ambiente escolar. Entretanto, conforme Santos e Franqueira (2024), a implementação dessas normas ainda enfrenta desafios, sobretudo pela falta de preparo docente e pela resistência institucional em adotar práticas pedagógicas que rompam com modelos tradicionais de ensino.

Além das legislações, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem contribuído para a inclusão de temas relacionados à diversidade e à equidade, embora seu alcance dependa da efetivação nas práticas escolares. Para Santos e Franqueira (2024), a construção de uma educação antirracista requer do que a inserção de conteúdos nos documentos oficiais; exige o compromisso dos educadores em transformar o cotidiano da sala de aula em um espaço de diálogo, respeito e reconhecimento das diferenças. Jovino (2023) acrescenta que experiências de escolas que adotam projetos voltados à valorização da identidade e ao enfrentamento de preconceitos demonstram resultados positivos na socialização e na autoestima dos estudantes.

Nesse contexto, a formação docente assume papel essencial na consolidação de práticas antidiscriminatórias. Araújo e Oliveira (2025) destacam que a decolonização do currículo de Língua Portuguesa, por exemplo, permite repensar as referências culturais e linguísticas que sustentam o processo de ensino, incluindo vozes e saberes excluídos. Essa proposta de currículo decolonial, ao incorporar perspectivas plurais, contribui para o desenvolvimento de uma educação crítica e comprometida com a transformação social. Assim, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas antidiscriminatórias devem caminhar juntas, articulando legislação, formação docente e ações escolares que promovam o reconhecimento das identidades e a superação das desigualdades que ainda persistem na escola brasileira.

CULTURA ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE RESISTÊNCIA

A cultura escolar pode ser entendida como o conjunto de valores, práticas e relações que orientam o cotidiano da instituição educativa, influenciando as formas de convivência, de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, a promoção de práticas pedagógicas de resistência ao racismo e ao sexismo torna-se fundamental para o fortalecimento de uma educação comprometida com a igualdade. De acordo com Coelho e Pinto (2023), o enfrentamento das desigualdades de gênero, geração e raça/etnia requer uma ação pedagógica que ultrapasse o discurso e se concretize em atividades que promovam o reconhecimento e a valorização das diferenças. A escola, ao adotar práticas inclusivas, pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

2692

A extensão universitária tem se mostrado um fundamental instrumento para fortalecer essas práticas, pois aproxima o ensino superior das realidades escolares e estimula o diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários. Conforme Silva e Lopes (2025), as ações extensionistas em escolas públicas da Amazônia possibilitam o desenvolvimento de projetos que abordam questões de raça e gênero de forma integrada, favorecendo a formação de professores e estudantes comprometidos com a transformação social. Essa aproximação entre universidade e escola amplia as possibilidades de reflexão sobre o racismo estrutural e o sexismo institucional, além de promover experiências coletivas de aprendizado e resistência. Coelho e Pinto (2023) também ressaltam que as atividades extensionistas contribuem para o fortalecimento da identidade dos sujeitos e para a consolidação de uma prática educativa voltada à justiça social.

Além das ações pedagógicas e extensionistas, os projetos de leitura, arte e literatura configuram-se como instrumentos significativos de emancipação e resistência. Antunes (2024)

destaca que o contato com produções artísticas e literárias permite discutir temas como diversidade sexual, racial e de gênero de maneira sensível e crítica, contribuindo para a formação de um olhar humano e inclusivo. A literatura, nesse contexto, atua como um espaço simbólico de representação e reconhecimento, no qual os estudantes podem se identificar e refletir sobre suas próprias experiências. Assim, a inserção de práticas culturais no ambiente escolar favorece o desenvolvimento de atitudes solidárias e o fortalecimento de uma consciência social voltada à superação das discriminações.

Desse modo, a cultura escolar e as práticas pedagógicas de resistência, quando pautadas na valorização da diversidade e no enfrentamento das desigualdades, tornam-se caminhos para a construção de uma educação verdadeiramente transformadora. Por meio da articulação entre ações afirmativas, extensão universitária e projetos culturais, a escola pode assumir um papel ativo na promoção da equidade e na formação de sujeitos capazes de reconhecer e combater todas as formas de opressão presentes na sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pela utilização de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, capítulos de obras coletivas e documentos institucionais. Esse tipo de pesquisa permite reunir e analisar contribuições teóricas relevantes para a compreensão das inter-relações entre gênero, raça e etnia no contexto escolar, com foco nas práticas pedagógicas que promovem uma educação antidiscriminatória. A abordagem utilizada é qualitativa, por considerar que os fenômenos sociais e educacionais são construídos a partir de significados e experiências, não sendo passíveis de mensuração numérica. Os instrumentos empregados consistiram na leitura, seleção e fichamento de obras científicas que tratam do tema, observando critérios de atualidade, relevância e coerência com o objeto de estudo.

Os procedimentos metodológicos incluíram a identificação das fontes, a organização das informações em categorias analíticas e a sistematização dos dados de acordo com os eixos temáticos definidos no referencial teórico. As técnicas de coleta envolveram pesquisa em bases acadêmicas, como *Google Scholar*, *ResearchGate* e repositórios institucionais, além da consulta a livros impressos e digitais disponíveis em acervos virtuais.

Com o intuito de tornar clara a relação entre os materiais consultados e os objetivos do estudo, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as principais referências utilizadas, classificadas conforme o tipo de trabalho, o autor e o ano de publicação.

Quadro 1: Referências utilizadas na pesquisa bibliográfica

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de trabalho
RATTS, Alex Prudêncio.	Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional.	2018	Artigo em periódico
ARAÚJO, Vitor Savio de; FREITAS, Carla Conti.	O texto colaborativo via WhatsApp como forma de multiletramento e estratégia para a produção textual nas aulas de línguas.	2020	Capítulo de livro
ARAÚJO, Vitor Savio de.	O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.	2020	Capítulo de livro
CYRINO, Eliana Goldfarb.	Apresentação: raça, etnia, gênero: experiências na formação em saúde.	2021	Artigo em periódico
CARDOSO, Jaqueline.	Lembranças de antigamente: a família, as brincadeiras, o trabalho e a escola na Comunidade Custaneira/Tronco, Piauí-Brasil.	2022	Capítulo de livro
SALES, Mábia Aline Freitas.	Heteroidentificação: uma política afirmativa.	2022	Capítulo de livro
SILVA, Jorge Fernandes da; LIMA, Elizabeth Miranda de.	Escolarização de negras e negros na Amazônia Acreana: uma revisão bibliográfica.	2022	Capítulo de livro
BEM, Deborah; BORGES, Giovanna Bem.	Família brasileira: uma construção a partir da perspectiva de raça, classe e gênero.	2022	Capítulo de livro
COELHO, Lohany Souza Ferreira; PINTO, Tatiane de Oliveira.	A extensão universitária e as interseccionalidades: refletindo sobre gênero, geração e raça/etnia na escola.	2023	Artigo em periódico
JOVINO, Ione da Silva.	Políticas sobre igualdade de raça, etnia, gênero e sexualidade: uma jornada sobre questões afirmativas.	2023	Livro
JÚNIOR, Álvaro Franco da Fonseca.	Por uma escola colorida: narrativas de personagens pretas/os no CEEBJA Paschoal Salles Rosa de Ponta Grossa.	2023	Capítulo de livro

ANTUNES, Jeferson.	Interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça e etnia na comunidade LGBTQIA+ no filme “The Queen” (1968).	2024	Capítulo de livro
COSTA, Cláudia Tavares; LOPES, Juliana Rodrigues; SILVA, Tatiane de Oliveira.	Diversidade étnico-racial e práticas pedagógicas.	2024	Capítulo de livro
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva.	Educação antirracista e equidade de gênero na escola.	2024	Capítulo de livro
SILVA, Mariana Cordeiro; SANTOS, Elizabete Souza.	Gênero e raça no espaço escolar: perspectivas interseccionais.	2024	Capítulo de livro
SILVA, Maria Sandra Soares da <i>et al.</i>	Gênero, identidade e diversidade na escola: desafios para uma educação inclusiva e antidiscriminatória.	2024	Artigo em periódico
ARAÚJO, Vitor Savio de.	Linguagem e comunicação: teoria e prática.	2025	Livro
ARAÚJO, Vitor Savio de; OLIVEIRA, Vanusa Batista de.	Decolonização do currículo de Língua Portuguesa: uma análise crítica do Documento Curricular Ampliado de Goiás.	2025	Capítulo de livro
SILVA, Lana Claudia Macedo; LOPES, João Luiz Da Silva.	Raça e Gênero nas Ações de Extensão Universitária em uma Escola Pública na Amazônia.	2025	Artigo em periódico

Fonte: autoria própria

O quadro evidencia a diversidade de fontes teóricas empregadas e demonstra a preocupação em contemplar produções recentes e pertinentes ao tema investigado. A organização das referências permitiu identificar convergências entre os autores quanto à defesa de uma educação que reconheça as diferenças e promova práticas pedagógicas baseadas na equidade e no respeito à diversidade. Essa sistematização contribuiu para o aprofundamento da

análise e para a construção de uma compreensão fundamentada sobre o papel da escola na superação de processos discriminatórios.

OS DESAFIOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Os desafios das práticas pedagógicas inclusivas nas escolas brasileiras refletem as contradições de um sistema educacional que ainda luta para reconhecer e valorizar a diversidade presente entre seus sujeitos. De acordo com Santos e Franqueira (2024), a promoção de uma educação antirracista e igualitária depende da atuação comprometida dos profissionais da educação, que enfrentam barreiras estruturais e culturais no cotidiano escolar. Essas barreiras manifestam-se tanto na resistência de parte das instituições em adotar práticas voltadas à equidade quanto nas limitações impostas por currículos e materiais didáticos que pouco contemplam as realidades de estudantes negros, indígenas e de outros grupos marginalizados.

Entre os principais obstáculos está a falta de formação docente voltada para as relações étnico-raciais e de gênero. Silva e Santos (2024) destacam que muitos professores não recebem preparo adequado para lidar com a diversidade em sala de aula, o que compromete o desenvolvimento de estratégias pedagógicas efetivas de inclusão. Nesse mesmo sentido, Jovino (2023) afirma que a ausência de políticas contínuas de formação e de acompanhamento impede que as práticas educativas avancem para além de ações pontuais ou simbólicas. A lacuna na formação docente também repercute na dificuldade de identificar e combater atitudes discriminatórias que, muitas vezes, se manifestam de forma sutil, mas produzem impactos significativos na socialização e na aprendizagem dos estudantes.

2696

Além da carência formativa, as políticas educacionais ainda se mostram insuficientes para garantir a efetividade das práticas inclusivas. Araújo e Oliveira (2025) observam que, embora existam documentos e diretrizes que defendem uma educação decolonial e equitativa, há uma distância entre o que é previsto nas normativas e o que se concretiza no cotidiano escolar. Essa discrepância revela a necessidade de maior articulação entre os gestores, professores e comunidade escolar, de modo que as ações inclusivas deixem de ser iniciativas isoladas e passem a constituir parte integrante da cultura institucional.

Por outro lado, Coelho e Pinto (2023) ressaltam que o compromisso com a inclusão depende também da criação de espaços de diálogo e de trocas de experiências entre docentes e discentes, capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento e o respeito às diferenças. Assim, o enfrentamento dos desafios que permeiam as práticas pedagógicas inclusivas requer um esforço coletivo, sustentado por políticas públicas consistentes e por processos formativos

permanentes que reconheçam a diversidade como elemento essencial para a qualidade da educação.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS

A escola constitui um espaço fundamental para a desconstrução de preconceitos e para a formação de sujeitos comprometidos com a igualdade e o respeito às diferenças. De acordo com Santos e Franqueira (2024), o ambiente escolar, ao acolher a diversidade, tem a capacidade de transformar relações sociais e promover a valorização das identidades silenciadas. A construção de uma educação inclusiva exige práticas pedagógicas que reconheçam as experiências dos grupos marginalizados e que fortaleçam o diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar. Nesse sentido, Jovino (2023) destaca que políticas e ações voltadas à igualdade de gênero, raça e sexualidade contribuem para a consolidação de um espaço educativo democrático e participativo.

Experiências exitosas de valorização da diversidade têm demonstrado que a inserção de temáticas relacionadas às identidades culturais e às relações étnico-raciais nas atividades pedagógicas amplia o entendimento dos estudantes sobre as desigualdades sociais e favorece a construção de uma consciência crítica. Silva e Santos (2024) afirmam que o reconhecimento da diversidade no currículo escolar fortalece o sentimento de pertencimento e combate a marginalização de grupos excluídos. De modo complementar, Coelho e Pinto (2023) apontam que projetos educativos que argumentam gênero e raça na escola contribuem para o desenvolvimento de atitudes solidárias e para a formação de cidadãos sensíveis às diferenças humanas.

2697

As narrativas e o protagonismo de estudantes negros e LGBTQIA+ têm ocupado protagonismo nesse processo de transformação. Júnior (2023) observa que a valorização dessas vozes no contexto escolar possibilita o enfrentamento do racismo, da homofobia e do sexismo, além de promover a representatividade como instrumento de aprendizagem e emancipação. Quando a escola cria condições para que esses sujeitos compartilhem suas histórias, ela fortalece a dimensão humana da educação e estimula a convivência pautada no respeito mútuo. Antunes (2024) reforça que o diálogo entre diferentes identidades culturais contribui para romper estereótipos e abrir espaço para novas formas de expressão e pertencimento.

Assim, ao reconhecer a escola como um ambiente de desconstrução de preconceitos, compreende-se que o trabalho pedagógico precisa estar alinhado ao compromisso ético de formar indivíduos conscientes, críticos e capazes de intervir positivamente em sua realidade

social. A valorização da diversidade, aliada à promoção do protagonismo estudantil, constitui um caminho promissor para a construção de uma educação que celebre as diferenças e combata todas as formas de discriminação.

PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA

As perspectivas para uma educação antidiscriminatória envolvem o reconhecimento da escola como espaço de transformação social e de construção de novos modos de ensinar e aprender. Nesse sentido, Araújo e Oliveira (2025) destacam que a adoção de caminhos decoloniais representa uma possibilidade concreta de repensar o currículo e de questionar os modelos tradicionais de ensino que reproduzem desigualdades. A perspectiva decolonial propõe a valorização de saberes produzidos por diferentes grupos sociais, rompendo com a lógica eurocêntrica que orientou a formação escolar no Brasil. Essa mudança implica reconhecer as narrativas, linguagens e experiências de estudantes negros, indígenas e de outras minorias como fontes legítimas de conhecimento.

De acordo com Antunes (2024), o currículo deve ser entendido como um campo de disputas simbólicas, no qual se definem os conteúdos, as vozes e as identidades que serão valorizadas. Assim, a pluralidade curricular se torna um elemento essencial para a consolidação de práticas pedagógicas antidiscriminatórias, uma vez que permite integrar diferentes culturas e histórias no processo educativo. Costa, Lopes e Silva (2024) reforçam que o trabalho docente precisa incorporar a diversidade étnico-racial e de gênero como parte central da prática pedagógica, favorecendo o desenvolvimento de atitudes de respeito e empatia entre os estudantes.

Além disso, a efetivação de uma educação antidiscriminatória requer a transversalidade das dimensões de gênero, raça e etnia nas práticas escolares. Santos e Franqueira (2024) afirmam que essas temáticas não devem ser tratadas como assuntos isolados, mas integradas às disciplinas, projetos e ações da escola. A transversalidade possibilita o enfrentamento das desigualdades de forma contínua, fortalecendo o papel da instituição como promotora da equidade. Jovino (2023) observa que políticas e práticas voltadas à igualdade só produzem efeitos duradouros quando acompanhadas por uma mudança de postura pedagógica e institucional, que valorize o diálogo e a escuta.

Nesse contexto, Araújo e Oliveira (2025) defendem que a decolonização do currículo implica também repensar a formação docente, pois professores preparados para lidar com a diversidade tornam-se agentes fundamentais na consolidação de práticas inclusivas. A

construção de currículos plurais, sustentados por princípios de justiça e respeito, amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece o compromisso da escola com a transformação das relações sociais. Dessa forma, a educação antidiscriminatória se concretiza como um processo coletivo que busca garantir igualdade de oportunidades e reconhecimento das identidades que compõem a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitiram compreender de que forma as relações entre gênero, raça e etnia influenciam o ambiente escolar e como as práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de uma educação antidiscriminatória. A análise demonstrou que a escola ocupa protagonismo na formação de sujeitos críticos e conscientes, sendo um espaço em que se reproduzem, mas também podem ser combatidas, as desigualdades sociais consolidadas. Ao observar o contexto educacional brasileiro, verificou-se que a presença das diferenças no cotidiano escolar exige um trabalho pedagógico comprometido com a valorização das identidades e com a promoção de relações igualitárias.

O estudo indicou que as barreiras enfrentadas por docentes e discentes ainda representam um dos principais obstáculos à efetivação de práticas inclusivas. A ausência de formação específica, a limitação das políticas públicas e a resistência de alguns espaços escolares em adotar práticas voltadas à equidade dificultam a consolidação de uma educação que reconheça e respeite as diferenças. Contudo, também se constatou que, mesmo diante dessas dificuldades, existem experiências pedagógicas que apontam caminhos promissores para o enfrentamento das desigualdades, evidenciando que o compromisso dos profissionais da educação pode transformar a realidade escolar.

Verificou-se que a interseccionalidade entre gênero, raça e etnia constitui um conceito essencial para compreender os mecanismos que sustentam as desigualdades educacionais. Essa abordagem permite identificar como as diversas dimensões das identidades se entrelaçam e produzem efeitos distintos sobre os sujeitos, revelando que o combate à discriminação requer ações integradas e contínuas. A escola, ao reconhecer essas múltiplas dimensões, passa a desempenhar um papel transformador, favorecendo o diálogo e a convivência respeitosa entre estudantes e educadores.

A análise também mostrou que os currículos e as práticas escolares precisam ser repensados sob uma perspectiva decolonial, que valorize saberes marginalizados e incorpore novas narrativas ao processo educativo. A inclusão de temas relacionados à diversidade nos

materiais didáticos, nas metodologias e nas ações pedagógicas contribui para que os estudantes se sintam representados e reconheçam sua própria identidade como parte legítima do espaço escolar. Esse movimento favorece o desenvolvimento de uma consciência coletiva voltada à justiça social e à superação das desigualdades.

Conclui-se que as práticas pedagógicas antidiscriminatórias dependem não apenas da criação de políticas públicas, mas também da disposição das instituições e dos educadores em transformar sua forma de atuação. A construção de uma educação comprometida com a equidade exige formação docente permanente, reflexão crítica sobre o currículo e ações conjuntas entre escola, família e comunidade. O fortalecimento de iniciativas que promovam o respeito à diversidade contribui para uma aprendizagem significativa e para o desenvolvimento de relações baseadas na solidariedade e no reconhecimento mútuo.

Em resposta ao problema de pesquisa, pode-se afirmar que as relações entre gênero, raça e etnia influenciam o ambiente escolar ao determinarem oportunidades e experiências distintas para os sujeitos, sendo a prática pedagógica o principal instrumento para a transformação desse cenário. A adoção de posturas inclusivas e de currículos plurais permite que a escola se torne um espaço de resistência e de construção de novos sentidos para a educação.

Por fim, reconhece-se que, embora este estudo tenha contribuído para ampliar a 2700
compreensão sobre as práticas pedagógicas antidiscriminatórias, ainda há necessidade de novos estudos que aprofundem o debate sobre a formação de professores e a implementação de políticas educacionais voltadas à equidade. Investigações futuras podem examinar de forma detalhada como as diferentes redes de ensino têm incorporado as temáticas de gênero, raça e etnia em seus currículos e quais impactos essas ações produzem na aprendizagem e na convivência escolar. Assim, reforça-se a relevância de manter o debate permanente sobre a diversidade como princípio formador da educação, consolidando a escola como espaço de inclusão, respeito e transformação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jeferson. Interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça e etnia na comunidade LGBTQIA+ no filme “The Queen” (1968). In: ANTUNES, J. (org.). Gênero, história e literatura. [S.l.]: Editora Fundação Fênix, 2024. p. 115-128. Disponível em: <https://doi.org/10.36592/9786554601580-06>.

ARAÚJO, Vitor Savio de. Linguagem e comunicação: teoria e prática. Goiânia, GO: Instituto Dering Educacional, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/394048649_LINGUAGEM_E_COMUNICACA_O_TEORIA_E_PRATICA.

ARAÚJO, Vitor Savio de. O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. In: SOARES, M. S.; VIEIRA, M. E. C. A. (orgs.). *Ecos de Eva: vozes da isegoria*. Goiânia: Kelps, 2020. p. 56-82. Disponível em: <https://abrir.link/HDOVv>.

ARAÚJO, Vitor Savio de; FREITAS, Carla Conti. O texto colaborativo via WhatsApp como forma de multiletramento e estratégia para a produção textual nas aulas de línguas. In: FREITAS, C. C.; BROSSI, G. C.; SILVA, V. R. (orgs.). *Políticas e formação de professores/as de línguas: o que é ser professor/a hoje?* Anápolis: Editora UEG, 2020. p. 221-238. Disponível em: <https://abrir.link/Dxgfy>.

ARAÚJO, Vitor Savio de; OLIVEIRA, Vanusa Batista de. Decolonização do currículo de Língua Portuguesa: uma análise crítica do Documento Curricular Ampliado de Goiás. In: GANDRA, G. H. (org.). *Propostas, fissuras e provocações: diálogos entre educação, cultura e decolonialidade*. Goiânia: Instituto Dering Educacional, 2025. p. 31-50. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390743276_PROPOSTAS_FISSURAS_E_PROVOCACOES_DIALOGOS_ENTRE_EDUCACAO_CULTURA_E_DECOLONIALIDADE.

BEM, Deborah; BORGES, Giovanna Bem. Família brasileira: uma construção a partir da perspectiva de raça, classe e gênero. In: BARBOSA, V. S. G. (org.). *Raça, etnia e gênero: questões do tempo presente - Volume 2*. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2022. p. 25-40. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/220609128>.

CARDOSO, Jaqueline. Lembranças de antigamente: a família, as brincadeiras, o trabalho e a escola na Comunidade Custaneira/Tronco, Piauí-Brasil. In: SILVA, J. F. (org.). *Raça, etnia e gênero: questões do tempo presente*. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2022. p. 207-217. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/220107448>.

2701

COELHO, Lohany Souza Ferreira; PINTO, Tatiane de Oliveira. A extensão universitária e as interseccionalidades: refletindo sobre gênero, geração e raça/etnia na escola. *Revista Extensão & Cidadania*, [S.l.], v. 11, n. 20, p. 176-193, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v11i20.13711>.

COSTA, Cláudia Tavares; LOPES, Juliana Rodrigues; SILVA, Tatiane de Oliveira. Diversidade étnico-racial e práticas pedagógicas. In: GOMES, M. D. T.; SANTOS, S. M. A. V. (orgs.). *Educação e diversidade cultural*. São Paulo: Arché, 2024. p. 55-77.

CYRINO, Eliana Goldfarb. Apresentação: raça, etnia, gênero: experiências na formação em saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.l.], n. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210409>.

JOVINO, Ione da Silva. Políticas sobre igualdade de raça, etnia, gênero e sexualidade: uma jornada sobre questões afirmativas. [S.l.]: Texto e contexto editora, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54176/vsms4794>.

JÚNIOR, Álvaro Franco da Fonseca. Por uma escola colorida: narrativas de personagens pretas/os no CEEBJA Paschoal Salles Rosa de Ponta Grossa. In: JOVINO, I. S. (org.). *Políticas sobre igualdade de raça, etnia, gênero e sexualidade: uma jornada sobre questões afirmativas*. [S.l.]: Texto e contexto editora, 2023. p. 32-40. Disponível em: <https://doi.org/10.54176/epvl4682>.

RATTS, Alex Prudêncio. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. *Terra Livre*, [S.l.], v. 1, n. 46, p. 114-141, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2016.680.

SALES, Mábia Aline Freitas. Heteroidentificação: uma política afirmativa. In: SILVA, J. F. (org.). *Raça, etnia e gênero: questões do tempo presente*. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2022. p. 197-206. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/220207603>.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva. Educação antirracista e equidade de gênero na escola. In: SANTOS, S. M. A. V.; FRANQUEIRA, A. S.; GOMES, M. D. T. (orgs.). *Educação em foco: inclusão, tecnologias e formação docente*. São Paulo: Arché, 2024. p. 189-210.

SILVA, Jorge Fernandes da; LIMA, Elizabeth Miranda de. Escolarização de negras e negros na Amazônia Acreana: uma revisão bibliográfica. In: SILVA, J. F. (org.). *Raça, etnia e gênero: questões do tempo presente*. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2022. p. 158-173. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/211106679>.

SILVA, Lana Claudia Macedo; LOPES, João Luiz Da Silva. Raça e Gênero nas Ações de Extensão Universitária em uma Escola Pública na Amazônia. *Revista Lugares de Educação*, [S.l.], v. 9, n. 18, p. 39-52, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2237-1451.2025v9n18.71483>.

SILVA, Maria Sandra Soares da et al. Gênero, identidade e diversidade na escola: desafios para uma educação inclusiva e antidiscriminatória. *Missioneira*, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 77-86, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/qbgxp882>.

SILVA, Mariana Cordeiro; SANTOS, Elizabete Souza. Gênero e raça no espaço escolar: perspectivas interseccionais. In: GOMES, M. D. T.; SANTOS, S. M. A. V. (orgs.). *Educação e diversidade cultural*. São Paulo: Arché, 2024. p. 115-138.